

Programas sociais custam a sair do papel

■ Itamar vai centralizar 17 planos de combate à miséria, mas recessão e falta crônica de recursos ameaçam as boas intenções

MÁRCIA CARMO E
NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — O lado social do plano que o governo articula para reativar a economia parte da centralização de 17 programas lançados para atenuar a miséria, ao longo dos seis meses em que Itamar Franco ocupa a Presidência da República. O governo prepara-se para tentar acabar com a dispersão de suas iniciativas na área social e contornar a crônica falta de recursos. E quer causar impacto político com o anúncio de medidas reunidas pela burocracia para salvar os 32 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da miséria. Tudo deverá acontecer, formalmente, depois do plebiscito, com a pompa de uma reunião ministerial com que Itamar pretende marcar o lançamento de uma nova etapa de seu governo.

A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, foi encarregada de cuidar da coordenação desses programas, como complemento às medidas de estímulo à atividade econômica e de controle da inflação analisadas pelo Ministério da Fazenda. "Se os programas forem bem administrados, os resultados começarão a aparecer mais depressa", acredita a ministra. O ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, acha que o crescimento econômico é o melhor programa contra a miséria. "O presidente já disse que não se pode conviver com uma recessão e nem com uma inflação nesse nível", afirma.

Limites — A convicção do governo é que os programas sociais nunca serão suficientes se a economia não voltar a crescer. É dentro destes limites que o ministro Eliseu Resende trabalha na confecção do plano de ação do governo.

Para um governo de apenas dois anos, foram estabelecidas as seguintes prioridades: recuperação de estradas, estímulo às áreas de agroindústria, exportação, habitação e saneamento, privatização, geração de empregos e de energia.

Prioridades — Essa semana, o presidente Itamar Franco definirá a data da próxima reunião ministe-

prioridade. A merenda, por exemplo, é o ponto número um", reforçou a Anna Maria Peliano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pela centralização dessas ações sociais. O Orçamento da União prevê cerca de US\$ 8,5 bilhões para os diversos programas sociais do governo. "O problema é que não há uma articulação entre eles", afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Antônio Rocha Magalhães, um entusiasta da solidariedade, o programa social do México pautado pela descentralização das atividades, com prioridades definidas pela própria comunidade. Além disso, no México foi adotado o que o presidente Itamar agora quer seguir: a articulação entre todos os programas sociais.

Riscos — Em todos os programas, o ministério do Planejamento já identificou carência de recursos se o Orçamento aprovado semana passada pelo Congresso for cumprido à risca. A ideia da ministra Yeda Crusius em sua coordenação dos programas sociais é definir prioridades entre todos os gastos do Orçamento, de forma a obter um volume maior de dinheiro para os novos projetos. Yeda já incluiu entre as possíveis verbas da área social os Cr\$ 68 bilhões do Orçamento que estavam previstos inicialmente para serem gastos para a Vice-Presidência da República.

O Ministério do Planejamento sa-

que recebem 18% do Orçamento. Alguns programas, embora não estejam carentes de recursos da União, correm o risco de não serem colocados em prática. O Plano de Apoio ao Pequeno Produtor (PAP), por exemplo, enfrenta sérias resistências das entidades de trabalhadores rurais. Esses trabalhadores temem a perda do poder político na região, uma vez que o controle das verbas passará a ser feito pelos conselhos municipais. O



Itamar está convencido de que os programas sociais não serão suficientes para acabar com a miséria e a fome no país se a economia não voltar a crescer

'África' espera sua vez

Os moradores da África quase não têm o que comer e dormem em casas de papelão. A menos de um quilômetro dali, cerca de duas mil casas de alvenaria estão praticamente prontas, mas ninguém sabe quem irá ocupá-las. Com 17 metros quadrados cada uma, as casas são pequenas demais para quem tem salário e longe demais do poder aquisitivo das 990 famílias que moram na África, uma favela de Natal. A infelicidade dos africa-

para usar Cr\$ 3 trilhões do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) na conclusão 120 mil moradias incompletas espalhadas pelo país. E atender a trabalhadores que recebem de três a oito salários mínimos. Na quinta-feira passada, o ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, visitou a África e ficou impressionado: "Deve ser muito difícil viver na miséria, olhando para aquele conjunto".

A África é apenas uma amos-

LITORAL SUL
BAHIA



ção e saneamento, privatização, geração de empregos e de energia.

Prioridades — Essa semana, o presidente Itamar Franco definirá a data da próxima reunião ministerial que vai eleger os programas sociais prioritários de combate à fome e instalar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em reunião com o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, o arcebispo de Caxias Dom Mauro Morelli e todo o ministério. "O governo tem pouco dinheiro e muita pressa para socorrer essas pessoas", afirma Jutahy Magalhães Júnior. "A idéia é dar eficácia aos programas já existentes e definir realmente o que é

bilhões do Orçamento que estavam previstos inicialmente para serem gastos para a Vice-Presidência da República.

O Ministério do Planejamento sabe que não existe no Orçamento os US\$ 350 milhões previstos para o programa de distribuição de leite para as crianças desnutridas e gestantes. Faltam US\$ 1 bilhão para a que o Sistema Unificado de Saúde (SUS) possa ser mantido até o final do ano. O Orçamento destina apenas US\$ 400 milhões dos US\$ 800 milhões que deverão ser gastos com a merenda escolar. Dificuldades com recursos só não existem para os programas na área da educação,

político na região, uma vez que o controle das verbas passará a ser feito pelos conselhos municipais. O programa de apoio ao profissional recém-formado, idealizado pelo ministério do Trabalho, até agora não saiu do papel por esbarrar em dificuldades com legislações.



Yeda Crusius

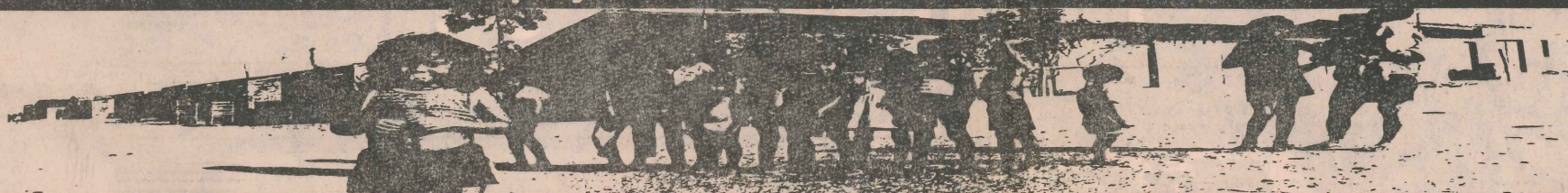
drados cada uma, as casas são pequenas demais para quem tem salário e longe demais do poder aquisitivo das 990 famílias que moram na *África*, uma favela de Natal. A infelicidade dos *africanos* é que não basta caminhar mil metros para ter um teto: a solução está guardada em alguma gaveta da Consultoria Geral da República, no Palácio do Planalto, a 2.591 quilômetros de distância.

O governo estuda como vender essas casas, construídas com dinheiro do FGTS. Mas antes precisará de autorização legal

Estas casas, construídas pelo Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, visitou a *África* e ficou impressionado: "Deve ser muito difícil viver na miséria, olhando para aquele conjunto".

A *África* é apenas uma amostra da situação dos brasileiros que vivem abaixo da linha da miséria. Com 150 milhões de habitantes — cinco populações da Espanha —, o Brasil alimenta diariamente, como lembrou um assessor do ministro da Educação, Murílio Hingel, uma Argentina inteira com a distribuição de merenda escolar a 30 milhões de crianças.

Os projetos e de onde virão as verbas



Programa	Objetivo	Recursos	Programa	Objetivo	Recursos
1 — Distribuição de feijão	Distribuir 100 mil toneladas de feijão de Santa Catarina por 4.300 municípios. A entrega do produto, que poderia estragar nos armazéns, já está chegando ao fim.	Será executado com dinheiro dos municípios.	9 — Tiros de Guerra	O Ministério do Exército propôs a substituição do serviço militar em áreas carentes por programas de formação profissional.	O dinheiro sairá do orçamento do Ministério do Exército e prefeituras.
2 — Leite para desnutrido	A idéia é distribuir leite através da rede básica. Ainda não saiu do papel.	Exigirá US\$ 350 milhões inexistentes no Orçamento.	10 — Rede Somar	Venda de cesta de alimentos nas periferias urbanas a preços 20% a 30% mais baixos.	Entre US\$ 15 milhões e US\$ 20 milhões para ampliação da rede, ainda sem fonte. A idéia é ampliar dos atuais 15 mil revendedores associados da Conab para 20 mil.
3 — Programa Apoio ao Pequeno Produtor	A aplicação do dinheiro será definida por conselhos municipais, dentro das regras do <i>Solidariedade</i> .	O Banco Mundial entrará com US\$ 500 milhões e os estados com mais US\$ 300 milhões.	11 — Sacolão	Vai aproveitar os estoques reguladores do governo e vender 30% a 40% mais baratos os seguintes produtos: arroz, feijão e fubá.	Ainda está sendo estudado de onde sairão os recursos.
4 — Descentralização da merenda escolar	O governo deixará de centralizar as compras, que passarão a ser feitas pelas prefeituras e governos estaduais.	O orçamento tem apenas US\$ 400 milhões dos US\$ 800 milhões necessários para todo o ano letivo.	12 — Geração de empregos	Estimular a ida de recém-formados para o interior do país. Mas a idéia ainda depende de aprovação de lei. Não saiu do papel.	Ainda não estão definidos
5 — Distribuição de Medicamentos	Será feita às pessoas atendidas na rede SUS, garantindo medicamento essencial.	Dos US\$ 860 milhões, US\$ 430 milhões estão no orçamento e o resto virá dos estados e municípios.	13 — CAIC	Atender com educação e alimentação crianças em idade escolar. Cinco novos Caics já foram entregues pela atual administração. Outros 13 estão em obras.	A verba de Cr\$ 23,9 trilhões está prevista no orçamento.
6 — Sistema Unificado de Saúde (SUS)	Administrado através de Comissão Tripartite formada pelos governos federal, estadual e municipal	Mantém-se com dinheiro das três áreas. Há déficit de US\$ 1 bilhão.	14 — Creches	A Legião Brasileira de Assistência quer ampliar o número de crianças atendidas pelo programa de creches.	Ainda não estão definidos.
7 — Combate à seca	Programa de emergência executado pelos estados com dinheiro da União.	Serão gastos Cr\$ 4,4 trilhões do orçamento.	15 — Recuperação de rodovias	A idéia é recuperar estradas e, ao mesmo tempo, conseguir a criação de 700 mil empregos.	Serão gastos US\$ 500 milhões do Banco Mundial
8 — Vale-gás	Quem gasta até 60 KM em sua conta de luz pode chegar a uma agência dos Correios e receber 4% do salário mínimo.	O consumidor de renda mais alta vai pagar o subsídio.	16 — Saneamento e Habitação	Programas Habitar-Brasil e Morar Município, para atender 180 mil famílias por ano com a construção e recuperação de casas populares.	Utilizará US\$ 257 milhões do orçamento.
			17 — Vale-refeição	Existe há 17 anos. A idéia é ampliar em 20% o serviço que hoje beneficia 8 milhões de trabalhadores.	Será feito através de redução no Imposto de Renda das empresas.